
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA PRIMEIRA
EMIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO**

ENTRE

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

E

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 14 DE DEZEMBRO DE 2007

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pelo presente instrumento particular, de um lado

Companhia Providência Indústria e Comércio, sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na BR 376, Km 16,5, sem nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.500.180/0001-32, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado,

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por este e na melhor forma de direito celebrar o presente instrumento particular de primeiro aditamento ("Aditamento") à Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Escritura"), a ser protocolado na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO E AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com a deliberação do Conselho de Administração da Emissora, reunido em 14 de dezembro de 2007, cuja ata será arquivada na JUCEPAR, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, no jornal "O Estado do Paraná" e no jornal "Valor Econômico".

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCEPAR.

CLÁUSULA II
RETIFICAÇÃO

2.1. Em virtude da finalização do Procedimento de *Bookbuilding* realizado em 14 de dezembro de 2007, as Partes acordam alterar as cláusulas 1.1, 3.1, 3.3, 3.15, 4.1, 4.4.2 e 4.4.3 da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte nova redação:

“1.1 A Escritura é firmada com base na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de novembro de 2007 (“RCA”), na qual foram deliberadas as condições da emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, a qual foi deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de dezembro de 2007, após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“CVM” e “Instrução CVM nº 400”, respectivamente), bem como foi a Diretoria da Emissora autorizada a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais (“Coordenadores”) para proceder à colocação pública das Debêntures.”

“3.1. Valor Total e Número da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.”

“3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em 1 (uma) série única. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.”

“3.15. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado para resgatar e quitar o maior número possível de NPs (conforme definido abaixo) emitidas pela Emissora, conforme registro na CVM sob o nº CVM/SRE/RNP/2007/014 em 24 de julho de 2007 (“NPs”) no valor principal unitário de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), das quais restavam em circulação, em 23 de novembro de 2007, 83 (oitenta e três). Caso o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures seja maior que o montante a ser pago para resgate da totalidade das NPs em circulação à época, o valor que exceder a tal finalidade poderá ser utilizado como capital de giro.

“4.1 Quantidade

O número de Debêntures será de 15.000 (quinze mil) Debêntures.”

“4.4.2 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à remuneração prevista na cláusula 4.4.3, conforme definida no Procedimento de Bookbuilding.”

“4.4.3 Sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, incidirão juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “Extra Grupo” (“Taxas DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet

(<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% expressa na forma percentual ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.4.4 abaixo ("Remuneração")."

2.2 As partes acordam em excluir as cláusulas 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 4.4.3.1 da Escritura.

CLÁUSULA III DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

4.3. Em decorrência das alterações dispostas neste Aditamento, resolvem as partes consolidar a Escritura conforme apresentado a seguir.

**“ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Companhia Providência Indústria e Comércio**, sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na BR 376, Km 16,5, sem nº, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.500.180/0001-32, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”); e

(ii) **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas”),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Escritura” e “Debêntures”, respectivamente), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A Escritura é firmada com base na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de novembro de 2007 (“RCA”), na qual foram deliberadas as condições da emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), salvo com relação à taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definido abaixo, a qual foi deliberada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de dezembro de 2007, após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”), nos termos do artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“CVM” e “Instrução CVM nº 400”, respectivamente), bem como foi a Diretoria da Emissora autorizada a contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais (“Coordenadores”) para proceder à colocação pública das Debêntures.

**CLÁUSULA II
DOS REQUISITOS**

A primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o

regime de garantia firme, da espécie quirografia, em série única, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão deverá ter sido devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados com relação à presente Emissão após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCEPAR. Dentre estes eventuais atos, encontra-se a ata da Reunião do Conselho de Administração que irá deliberar sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures, nos termos do item 1.1 acima.

2.2. Registro da Escritura

A Escritura e seus aditamentos deverão ser registrados na JUCEPAR, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei das S.A., e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para Distribuição das Debêntures no Mercado Primário

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA ("ANDIMA"), sendo a liquidação das Debêntures feita pela CETIP.

2.5. Registro para Negociação das Debêntures no Mercado Secundário

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no (a) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (b) no Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.6. Registro na ANBID

A Emissão deverá ser registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBID”).

CLÁUSULA III DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em 1 (uma) série única. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

3.7. Limite de Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que o valor da Emissão é inferior ao capital social da Emissora, no valor de R\$ 422.268.606,50 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, seiscentos e seis reais e cinquenta centavos), com base em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2007.

3.8. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de novembro de 2007 (“Data de Emissão”).

3.9. Local de Pagamento

Observado o previsto na Cláusula 3.10 desta Escritura, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

3.9.1 Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, conforme definido na cláusula 3.14 abaixo, e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.10. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela BovespaFix, conforme o caso, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.11. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por

cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusulas 4.4. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.12. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.13. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

3.14. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Companhia Providência Indústria e Comércio
Endereço: BR 376, Km 16,5, sem nº, São José dos Pinhais, Paraná.
At.: Sr. Rubens Sardenberg
Telefone: (41) 3381-7600
Fax: (41) 3381-7656
E-mail: ri@providencia.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Endereço: Av. das Américas, nº 500 – Bloco 13 – Grupo 205, São Paulo, SP.
At.: Sr. José Alexandre Freitas
Telefone: (21) 2493-7003
Fax: (21) 2493-4746/4901

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e freitas@oliveiratrust.com.br

(c) Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia - DAC
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Tel.: (11) 3684-9444
Fax: (11) 3684-3811
e-mail: 4010.acoes@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação
Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar, CEP01009-000, São Paulo, SP.
At.: Área de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

(e) Para a CBLC:

Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia
Endereço: Rua XV de Novembro, nº 275, 4º andar, São Paulo, SP
Fax: (11) 3233-2332
At.: Sr. João Batista Fraga

3.15. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será utilizado para resgatar e quitar o maior número possível de NPs (conforme definido abaixo) emitidas pela Emissora, conforme registro na CVM sob o nº CVM/SRE/RNP/2007/014 em 24 de julho de 2007 ("NPs") no valor principal unitário de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), das quais restavam em circulação, em 23 de novembro de 2007, 83 (oitenta e três). Caso o montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures seja maior que o montante a ser pago para resgate da totalidade das NPs em circulação à época, o valor que exceder a tal finalidade poderá ser utilizado como capital de giro.

3.16. Indisponibilidade ou Extinção das Taxas de Remuneração

3.16.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração de quaisquer das taxas de Remuneração conforme definidas para a Série abaixo ("Taxa de Remuneração" ou em conjunto, "Taxas de Remuneração") por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa

de Remuneração deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa de Remuneração, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), no prazo máximo de 5 (cinco) dias depois do final do prazo de 10 (dez) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Remuneração, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"), que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Série. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas neste item, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa de Remuneração até a data da deliberação da AGD.

3.16.2. Caso a Taxa de Remuneração venha a ser divulgada antes da realização da AGD convocada para definir a Taxa Substitutiva, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa de Remuneração, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

3.16.3. Caso não haja acordo na respectiva AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu conseqüente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo valor equivalente (a) ao saldo de seu Valor Nominal Unitário e (b) a Remuneração aplicável, devido até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa de Remuneração divulgada oficialmente. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza.

3.17. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

3.18. Amortização Antecipada Facultativa

A qualquer momento após decorrido o prazo de 12 (doze) meses da Data de Emissão, a Emissora poderá, após notificar o Agente Fiduciário neste sentido com 30 (trinta) dias de antecedência, promover a amortização antecipada parcial ou o pagamento antecipado integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação. Em caso de amortização antecipada total ou parcial ou do pagamento antecipado integral, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas prêmio calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D \times Y\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago (%) sobre o valor da amortização antecipada facultativa (excluindo-se o valor de qualquer amortização ordinária, se a amortização antecipada facultativa ocorrer no 48º ou 60º mês da Data de Emissão);

d = número de dias entre a data da amortização antecipada facultativa e a Data de Vencimento das Debêntures;

D = número de dias decorridos entre o 12º mês após a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures; e

Y% = prêmio aplicável de 1,55%.

CLÁUSULA IV **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. Quantidade

O número de Debêntures será de 15.000 (quinze mil) Debêntures.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de novembro de 2012.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme a tabela a seguir (“Amortização”):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Série Única a ser Amortizado
30 de novembro de 2010	33,0%
30 de novembro de 2011	33,0%
30 de novembro de 2012	34,0%

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da Série Única

4.4.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.4.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à remuneração prevista na cláusula 4.4.3, conforme definida no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.4.3. Sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado, incidirão juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "Extra Grupo" ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% expressa na forma percentual ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.4.4 abaixo ("Remuneração").

4.4.4. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.4.5. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, exclusive, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.6. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor da Remuneração da Série Única, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário ainda não amortizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1,$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = spread ou sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}, \text{ onde:}$$

spread = a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*;

$N = 252$;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo " n " um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo " DT " um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo " DP " um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.4.7. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 30, nos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o último

pagamento em 30 de novembro de 2012, na Data de Vencimento.

4.4.8. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição.

4.4.9. A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

CLÁUSULA V

DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55 da Lei das S.A.

5.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser aditada esta Escritura.

5.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VI

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá, observado o disposto nas cláusulas 6.2, 6.3, e 6.4 declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

(a) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária desta Escritura, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da notificação do Agente Fiduciário;

(b) em caso de declaração de vencimento antecipado (após o decurso do prazo para sanar o inadimplemento porventura aplicável), pelo credor correspondente, de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, no mercado nacional ou internacional, que envolva pagamento de quantia superior a R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), corrigido de acordo com o IGP-M/FGV, individualmente ou no agregado;

- (c) transferência do controle acionário da Emissora que resulte em um rebaixamento ou mudança de perspectiva de *rating* da Emissão, anunciado por agência de classificação de risco de reputação internacional, para abaixo do (i) *rating* da Emissão na Data de Emissão ou (ii) *rating* da Emissão imediatamente anterior à transferência do controle acionário da Emissora;
- (d) liquidação ou dissolução da Emissora;
- (e) em caso de (i) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, (ii) decretação de falência da Emissora, (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora não solucionado por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer outras obrigações desta Escritura para com os Debenturistas, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega de notificação do Agente Fiduciário à Emissora neste sentido;
- (g) redução de capital social da Emissora, sem a expressa e prévia anuência dos Debenturistas, conforme legislação societária vigente;
- (h) alterações no objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora que sejam relevantes e através das quais a Emissora passe a desempenhar atividades não relacionadas e significativamente diferentes dos negócios atualmente conduzidos pela Emissora;
- (i) venda ou alienação de quaisquer ativos fixos relevantes da Emissora em seus negócios de não-tecidos, com exceção de ativos obsoletos, sem uso ou desnecessários, vendidos ou alienados no curso normal dos negócios;
- (j) contratação de operações de *sale-leaseback*;
- (k) decisão judicial final contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$41.500.000,00 (quarenta e um milhões e quinhentos reais), conforme corrigido pelo IGP-M/FGV, contanto que o pagamento de tal obrigação não esteja sujeito a seguro ou cláusula de indenizar ou ainda provisionado pela Emissora;
- (l) não utilizar a totalidade dos recursos líquidos oriundos da Emissão, nos termos da Cláusula 3.15., para resgatar e quitar o maior número possível de NPs em circulação à época do resgate, podendo utilizar qualquer valor remanescente como capital de giro;
- (m) não manter cobertura de seguros para todos os ativos relevantes;
- (n) não pagar os tributos pontualmente;
- (o) não manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças relevantes, necessárias à condução de seus negócios;

(p) onerar ativos, exceto: (i) por ônus já existentes, (ii) por ônus decorrentes de lei ou ordem judicial, (iii) por ônus outorgados relativamente a processos judiciais ou administrativos no curso normal dos negócios, (iv) por ônus em matéria-prima e estoques, adquiridos para pagamento a prazo, no curso normal dos negócios, (v) por ônus em novos ativos fixos adquiridos para pagamento a prazo, (vi) oneração de outros bens em garantia de investimento em ativos fixos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Eximbank, EDC, Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW ou qualquer outra entidade financiadora multilateral, (vii) por ônus em novos ativos fixos adquiridos com utilização de endividamento garantido pelo ativo fixo adquirido, (viii) por ônus em recebíveis que assegurem o cumprimento de tais recebíveis, ou (ix) em outros casos com expressa e prévia anuência dos Debenturistas desta Emissão;

(q) contratar operações com Afiliadas em condições distintas das praticadas no mercado, sendo que o termo “Afiliadas”, para fins desta Escritura, significa, em relação à Emissora, qualquer entidade que, direta ou indiretamente, controle a Emissora, seja controlada pela Emissora ou esteja sob controle comum com a Emissora;

(r) não manter, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro trimestre de 2008, uma razão “Dívida Líquida/EBITDA” apurada no último dia de cada trimestre menor ou igual às constantes da tabela abaixo para o respectivo ano, entendendo-se por “Dívida Líquida” toda e qualquer “Dívida” menos disponibilidades de caixa e aplicações financeiras apurada no último dia de cada trimestre. Por “Dívida” entende-se todo e qualquer endividamento decorrente de empréstimo em dinheiro; obrigações de pagamento a prazo pela aquisição de ativos fixos (ficando esclarecido que não se consideram ativos fixos matéria-prima, estoques e serviços) adquiridos no curso normal dos negócios, obrigações representadas por notas promissórias, bônus, debêntures ou outros valores mobiliários semelhantes; obrigações decorrentes de operações de *sale-leaseback*; obrigações, condicionais ou não, relativas a aceites, cartas de créditos, cessões de crédito com coobrigação, fianças e avais, bem como quaisquer outras concessões de crédito similares, exceto quando outorgadas/emitidas pela Emissora ou por suas subsidiárias, a fornecedores, no curso normal dos negócios. Por “EBITDA” entende-se o lucro antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, descontadas as despesas com a oferta pública inicial de ações de emissão da Emissora realizada em julho de 2007, acumulado dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao fim de cada trimestre:

2008	2009	2010	2011	2012
3,50	3,20	3,00	2,75	2,50

(s) não manter, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro trimestre de 2008, um “Índice de Cobertura de Juros” apurado no último dia de cada trimestre maior ou igual aos constantes da tabela abaixo para o respectivo ano, entendendo-se por “Índice de Cobertura de Juros” o resultante da seguinte fórmula: “EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas”. Por “EBITDA” entende-se o lucro antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização acumulado dos últimos 12 meses,

descontadas as despesas com a oferta pública inicial de ações de emissão da Emissora realizada em julho de 2007; e por “Despesas Financeiras Líquidas” entende-se a soma de todos os juros das dívidas contraídas e todas as despesas e comissões, exigíveis com respeito a quaisquer contratos de empréstimo ou financiamento, ressalvadas as despesas e comissões devidas ou pagas ao Banco Santander S.A. no exercício social de 2007 e descontada a receita oriunda de aplicações financeiras, por qualquer motivo acumulado nos últimos 12 meses:

2008	2009	2010	2011	2012
2,25	2,50	2,75	3,00	3,00

(t) distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio se e enquanto a Emissora estiver inadimplente com as obrigações previstas nesta Escritura; e

(u) não manter, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro trimestre de 2008, uma razão “Dívida/Capitalização” menor ou igual a 0,65 (sessenta e cinco centésimos) apurada no último dia de cada trimestre, entendendo-se por “Capitalização” a soma do montante total da Dívida com o patrimônio líquido da Emissora, desde que, na apuração do patrimônio líquido, as perdas resultantes da amortização do ativo diferido - ágio, contabilizadas pela Emissora após a incorporação da Alnilan S.A., sejam adicionadas ao resultado da Companhia como se tal amortização não tivesse ocorrido. A “Capitalização” será apurada no último dia de cada trimestre.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (d), (e) ou (g) da Cláusula 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

6.3 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (f), (i) a (q) e (t) da Cláusula 6.1 acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures desde que não sejam sanados no prazo de 20 (vinte) dias contados da entrega de notificação, por escrito, do Agente Fiduciário à Emissora.

6.4. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (c), (h), (r), (s) e (u) da Cláusula 6.1 acima, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

6.4.1. Caso os Debenturistas aprovem a declaração do vencimento antecipado das Debêntures na forma prevista nesta Cláusula 6.4, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos eventualmente devidos até a data de seu efetivo pagamento. O vencimento antecipado somente deixará de ser declarado caso assim seja deliberado na referida AGD, por deliberação de Debenturistas representantes de 75% das Debêntures em circulação.

6.5. Em conformidade com a Lei das S.A., a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de 75% dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos Debenturistas que o desejarem, o resgate pela Emissora das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembléias relativas à operação.

6.6. No caso da ocorrência do evento indicado na Cláusula 6.1(c) acima, a agência de classificação de risco deverá ser convocada pela Emissora em até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se tornar efetiva a alteração no controle acionário da Emissora, para realizar a atualização do *rating* da Emissão. A agência de classificação a ser convocada será a Standard & Poor's. Caso a Standard & Poor's cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir o *rating*, a Emissora poderá (i) solicitar atribuição de *rating* à Moody's ou Fitch, ou (ii) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir a nova agência de *rating* para emitir o *rating* para a finalidade do vencimento antecipado.

CLÁUSULA VII

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora; (ii) dentro de 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes na Escritura de Emissão; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM; e (iv) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(b) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de

auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(f) manter atendimento aos Debenturistas, através do seu Diretor de Relações com Investidores, para assegurar-lhes tratamento eficiente;

(g) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(h) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades operacionais de não-tecido da Emissora;

(i) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 10 (dez) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(j) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(k) manter em vigor as autorizações societárias para celebrar esta Escritura;

(l) cumprir as leis e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis e regulamentos, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora devendo qualquer irregularidade ser sanada no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação, por escrito, do Agente Fiduciário;

(m) manter sua existência societária válida;

(n) fazer com que a dívida oriunda da Emissão concorra, no mínimo, *pari passu* com qualquer novo empréstimo ou financiamento contratado pela Emissora, ressalvados os casos de oneração permitidos na alínea "p" da Cláusula 6.1; e

(o) informar o Agente Fiduciário sobre qualquer caso de inadimplemento e sobre qualquer ação relevante proposta em face da Emissora, tão logo quanto possível após ser constatada a ocorrência.

CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28/83.

8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

8.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.3.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.7 abaixo.

8.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

8.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83, e eventuais normas posteriores.

8.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

8.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCEPAR.

8.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD;
- (k) quando convocar AGD, enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, ao Bovespa Fix e ao SND, no primeiro dia útil após a AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea “b”, da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) no Bovespa Fix e no SND; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à CBLC;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) ao Bovespa Fix e (iii) ao SND; e
- (t) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação, após seu recebimento, conforme previsto no item 7.1(j) acima.

8.5. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Cláusula anterior se, convocada a AGD, esta assim o autorizar-conforme os quoruns previstos na Escritura.

8.6. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

8.6.1. Parcelas trimestrais de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a assinatura da escritura de emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes.

8.6.2. No caso de reuniões formais com a Emissora e ou com Debenturistas e ou no caso de Assembléia Geral de Debenturistas, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por homem x hora de trabalho dedicado à tais atividades, bem como para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral de Debenturistas, inclusive execução de garantias, se houver, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora;

8.6.3 O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

8.6.4. As parcelas dispostas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com IPCA, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir de 01 de novembro de 2007 até as datas de pagamento de cada parcela, calculada *pro rata die* se necessário;

8.6.5. A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

8.6.6. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.6.7. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o

Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.6.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

CLÁUSULA IX DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

CLÁUSULA X DAS ASSEMBLÉIAS

10.1. Quorum de Instalação

10.1.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*, conforme previsto na Lei nº 6.404/76.

10.1.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

10.2. Mesa Diretora

A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.3.2. Ressalvadas as matérias especialmente previstas nesta Escritura, as matérias sujeitas à AGD serão aprovadas por 75% das Debêntures em circulação.

10.3.3. As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, as datas de amortização de principal, a Remuneração, qualquer modificação na Cláusula de Vencimento Antecipado, mudança de quoruns, a inclusão de eventual repactuação das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes

estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(g) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;

(h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções; e

(i) verificou os limites de emissão previstos no artigo 60 § 1º “a” da Lei das S.A.

11.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

(a) é uma sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Brasil;

(b) tem poderes e capacidade legal para emitir a presente Escritura e cumprir com suas obrigações daí decorrentes;

(c) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral que seja material, exceto pelas ações e processos informados no Prospecto de Emissão de Debêntures;

(d) possui todas as autorizações, licenças e permissões relevantes para a condução dos seus negócios;

(e) mantém cobertura de seguros adequada para os ativos relevantes;

(f) as informações sobre a Emissora contidas nos Prospectos são verdadeiras, consistentes, corretas e precisas, incluindo, sem se limitar, as informações financeiras e operacionais;

(h) as demonstrações financeiras da Emissora são verdadeiras e corretas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(j) está adimplente com todas as leis e atos regulatórios relevantes aplicáveis, incluindo sem limitação, leis fiscais e ambientais, exceto quando o não cumprimento não resulte em um efeito relevante adverso em sua capacidade financeira e/ou operacional;

(k) a colocação das Debêntures não viola (i) o estatuto social da Emissora, (ii) quaisquer contratos relevantes, obrigações, escrituras dos quais a Emissora seja parte ou (iii) a legislação aplicável; e

(l) a celebração desta Escritura, bem como a colocação das Debêntures, não irá resultar em criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Os valores indicados na Cláusula 7.1. desta Escritura serão atualizados pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de celebração desta Escritura, calculados *pro rata die*.

12.3. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.”

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo.

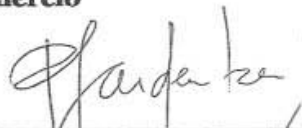
São José dos Pinhais, 14 de dezembro de 2007

*Página de Assinatura do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à
Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não
Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da
Companhia Providência Indústria e Comércio*

Companhia Providência Indústria e Comércio



Nome: Hermínio V. S. de Freitas
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Rubens Sardenberg
Cargo: Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores

*Página de Assinatura do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à
Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não
Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da
Companhia Providência Indústria e Comércio*

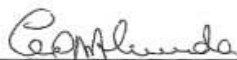
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A



Nome: Antonio Amaro Ribeiro de
Oliveira e Silva
Cargo: Procurador

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Companhia Providência Indústria e Comércio

Testemunhas



Nome: ERINA NERI M. DE ALMEIDA
CPF: 042.940.468-05
RG: 8.325.042-6 SSP/SP



Nome: Célia Regina Prado Pereira
CPF: RG 16.263.084-0
RG: CPF 101.526.438-77

DIC-17-2007 07:07 PM

P.01

JUNTA COMERCIAL
DO PARANÁ

GRP - Guia de Recolhimento
Aguardar completar a construção
PAGÁVEL SOMENTE EM CAIXA E A

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ



07/558152-3

1143791

01 - Número Controlador 17 DF7, 2007

2528147

02 - Código da Receita

010003-0

03 - CPF ou CNPJ

76500180000132

04 - Valor

R\$ 15,00

Nome Comercial

CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO

Especificação do Pedido

Requerimento de Processo - R\$ 15,00

Natureza Jurídica: 204-6 - SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA

Processo com 3 Vias

Eventos:

1 OUTROS DOCS. DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPREGARIO

Ref. Processo: 2676442 Data Doc: 14/12/2007

NIRE: 41300050813

ATO: 310

VIA Contribuinte

Autenticação Mecânica

PROTOCOLADO

4814 697898657 171207